|  |  |
| --- | --- |
| **PROCESSO** | - |
| **INTERESSADO** | Conselho Metropolitano para o Desenvolvimento da Grande Florianópolis (COMDES) |
| **ASSUNTO** | Análise do novo Regimento Interno do COMDES |
|  |  |
| **DELIBERAÇÃO Nº 052/2021 – CPUA-CAU/SC** |

A COMISSÃO ESPECIAL DE POLÍTICA URBANA E AMBIENTAL CPUA – CAU/SC, reunida extraordinariamente, de forma virtual, nos termos da Deliberação Plenária nº 589, de 12 de março de 2021, no uso das competências que lhe conferem os artigos 91 e 97 do Regimento Interno do CAU/SC, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando que o CAU/SC possui acento no Conselho Metropolitano para o Desenvolvimento da Grande Florianópolis (COMDES);

Considerando a solicitação do Conselho Metropolitano para o Desenvolvimento da Grande Florianópolis (COMDES), feita diretamente no grupo dos membros do referido Conselho no aplicativo Whatsapp, para que as assessorias jurídicas das entidades participantes fizessem sugestões e observações sobre o novo Regimento Interno;

Considerando o e-mail enviado pelo Arq. Urb. Gustavo Andrade Neto, representante do CAU/SC no COMDES, em 19/10/2021, no qual ele informa sobre a solicitação de análise da minuta do novo Regimento Interno do COMDES;

Considerando os apontamentos feitos pelo Arq. Urb. Gustavo Andrade Neto e as dúvidas levantadas pelos membros da CPUA na presente reunião;

Considerando a competência da CPUA-CAU/SC, estabelecida no art. 97, inciso I, do Regimento Interno do CAU/SC, propor, apreciar e deliberar sobre diretrizes para implementação de ações visando ao aperfeiçoamento da política urbana e ambiental nos municípios e nas regiões metropolitanas;

Considerando que todas as deliberações de comissão devem ser encaminhadas à Presidência do CAU/SC, para verificação e encaminhamentos, conforme Regimento Interno do CAU/SC;

**DELIBERA:**

1 – Solicitar à Presidência que encaminhe a minuta do novo Regimento Interno do COMDES (ANEXO 01) para análise da assessoria jurídica.

2 – Encaminhar esta deliberação à Presidência do CAU/SC para providências cabíveis.

Florianópolis, 22 de outubro de 2021.

Considerando o estabelecido no item 1.3 da Deliberação Plenária CAU/SC nº 589, de 12 de março de 2021, que trata dos termos das reuniões virtuais dos órgãos colegiados do CAU/SC, atesto a veracidade das informações prestadas. Publique-se.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Pery Roberto Segala Medeiros**

**Assessor Especial da Presidência do CAU/SC**

**ANEXO 01**

**REGIMENTO INTERNO**

**DO CONSELHO METROPOLITANO**

**PARA O DESENVOLVIMENTO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS (COMDES)**

|  |  |
| --- | --- |
| **CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS ................................................** | 3 |
| **CAPÍTULO II – DOS MEMBROS DO COMDES ....................................................................** | 4 |
| **Seção I – Dos Direitos e dos Deveres ...............................................................................** | 5 |
| **Seção II – Do Afastamento Temporário ...........................................................................** | 6 |
| **Seção III – Do Desligamento ............................................................................................** | 6 |
| **Seção IV – Das Penalidades .............................................................................................** | 6 |
| **CAPÍTULO III – DAS REUNIÕES PLENÁRIAS ......................................................................** | 7 |
| **Seção I – Da Realização das Reuniões Plenárias e do Plano de Trabalho ............** | 8 |
| **Seção II – Do Quórum de Deliberação .............................................................................** | 9 |
| **CAPÍTULO IV – DA GESTÃO DO COMDES .........................................................................** | 10 |
| **Seção I – Do Grupo Gestor ..............................................................................................** | 10 |
| **Seção II – Do Presidente .................................................................................................** | 11 |
| **Seção III – Do Vice-Presidente .........................................................................................** | 11 |
| **Seção IV – Do Apoio Operacional ....................................................................................** | 12 |
| **Seção V – Dos Grupos de Trabalho ..................................................................................** | 12 |
| **Seção VI – Das Coordenadorias Regionais .......................................................................** | 13 |
| **CAPÍTULO V – DO PROCESSO SUCESSÓRIO ......................................................................** | 14 |
| **Seção I – Da Eleição ........................................................................................................** | 14 |
| **Seção II – Da Renúncia, Vacância ou Incompatibilidade .......................................** | 14 |
| Subseção I – Da Renúncia ou Vacância de Entidade Gestora **.............................................** | 15 |
| Subseção II – Da Renúncia ou Vacância do Presidente **......................................................** | 15 |
| Subseção III – Da Incompatibilidade **.................................................................................** | 16 |
| **CAPÍTULO VI – DAS DESPESAS .........................................................................................** | 16 |
| **CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS ............................................................** | 17 |

**REGIMENTO INTERNO**

**DO CONSELHO METROPOLITANO**

**PARA O DESENVOLVIMENTO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS (COMDES)**

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS**

**Art. 1º.** O CONSELHO METROPOLITANO PARA O DESENVOLVIMENTO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS (COMDES) é um fórum despersonalizado de entidades sem finalidade econômica, de caráter permanente e plural, sem filiação política, partidária e/ou religiosa.

**Art. 2º.** O COMDES tem por finalidade constituir-se num colegiado de articulações, estudos e ações para o desenvolvimento integrado e sustentável da Região Metropolitana da Grande Florianópolis - RMF.

**Art. 3º.** A área de atuação do COMDES compreende os Municípios de Aguas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José, São Pedro de Alcântara e Governador Celso Ramos.

**Parágrafo 1º.** A atuação do COMDES poderá abranger outros temas e/ou localidades, cujos impactos afetem a Região Metropolitana, desde que previamente aprovados em reunião plenária.

**Parágrafo 2º.** Poderão participar das reuniões do COMDES os demais Municípios que, por força da Lei Complementar Estadual nº 495, de 26 de janeiro de 2010, integram a área de expansão da Região Metropolitana da Grande Florianópolis.

**Art. 4º.** São objetivos gerais do COMDES:

**I –** contribuir para a implementação do Estatuto da Metrópole;

**II –** contribuir para o planejamento, execução e gestão das funções públicas de interesse comum da Região Metropolitana;

**III –** participar de instâncias colegiadas deliberativas, como representante das entidades associadas.

**Art. 5º.** São diretrizes gerais do COMDES:

**I –** contribuir para a elaboração, execução, avaliação e atualização do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI);

**II –** contribuir para a definição, implementação e operação da estrutura de planejamento, execução, financiamento e governança da Região Metropolitana;

**III –** participar das audiências públicas e ciclos de debates sobre as questões metropolitanas;

**IV –** avaliar os impactos efetivos do PDUI, projetos e ações por meio do sistema de gerenciamento metropolitano, incluindo o sistema de indicadores;

**V –** promover as articulações necessárias para facilitar a integração, cooperação e coprodução entre as diversas esferas do Poder Público (englobando Poderes Executivos, Legislativos, Judiciário, Ministério Público etc.), academia, iniciativa privada e organizações não governamentais;

**VI –** promover, coordenar e/ou participar de estudos e projetos, especialmente aqueles inovadores e que contribuam para a melhoria das condições de vida na região;

**VII –** promover e participar de apresentações e debates com especialistas, autoridades, membros das comunidades e cidadãos;

**VIII –** colaborar na divulgação de ideias, projetos, deliberações, com a finalidade de esclarecer, de conscientizar e combater a desinformação;

**IX –** empreender articulação política visando à aprovação e/ou modificação de leis que melhor possam atender aos anseios da Região Metropolitana.

**CAPÍTULO II**

**DOS MEMBROS DO COMDES**

**Art. 6º.** São membros do COMDES, com direito a voz e voto, as entidades participantes devidamente registradas e com presença mínima de 50% (cinquenta por cento) nas reuniões plenárias ordinárias realizadas nos últimos 12 (doze) meses.

**Parágrafo único.** Entende-se por entidades participantes as pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade econômica e sem filiação política, partidária e/ou religiosa.

**Art. 7º.** Cada entidade participante poderá indicar 2 (dois) representantes, sendo um deles titular e o outro suplente.

**Parágrafo 1º.** É vedada a indicação de representantes ocupantes de cargo político, eletivo ou não.

**Parágrafo 2º.** As entidades participantes poderão indicar tantos representantes quantos convenientes para a composição dos Grupos de Trabalho.

**Parágrafo 3º.** Na impossibilidade de comparecimento do titular ou dos suplentes nas reuniões plenárias, estes poderão designar outro para representá-los em caráter excepcional, desde que vinculado à entidade participante, através de indicação na comunicação em resposta ao convite convocatório para a reunião plenária a ser realizada.

**Parágrafo 4º**. A indicação a que se refere o caput desse artigo deverá ser realizada por meio de mensagem ao presidente do COMDES, indicando os nomes, telefones e e-mail dos seus representantes, até a segunda reunião plenária do ano, e atualizando estes dados sempre que for necessário.

**Art. 8º.** Para a admissão de novas entidades no COMDES, observar-se-á o que segue:

**I –** a admissão de nova entidade poderá ser proposta:

**a)** por deliberação do Grupo Gestor;

**b)** por indicação das entidades participantes, mediante ofício enviado ao Presidente;

**c)** por solicitação da entidade interessada, em requerimento subscrito por seu representante legal;

**II –** a proposta de admissão será votada em reunião plenária sem a participação da entidade interessada, que, sendo aprovada, passará a ser regularmente convidada para as próximas reuniões plenárias do COMDES;

**III –** se rejeitada, a proposta de admissão da mesma entidade só poderá ser reapresentada após 6 (seis) meses da decisão, formalizada em ata, que tiver rejeitado a proposta anterior.

**Seção I**

**Dos Direitos e dos Deveres**

**Art. 9º.** São direitos dos membros do COMDES, indistintamente:

**I –** votar e ser votado, observado o percentual mínimo de presença especificado no artigo 6º;

**II –** deliberar sobre os assuntos pautados nas reuniões plenárias, propondo novos assuntos para deliberação futura;

**III –** indicar representantes para compor Grupos de Trabalho;

**IV –** propor a admissão de novas entidades participantes;

**V –** representar externamente o COMDES, desde que prévia e expressamente designado para esse fim pelo Presidente;

**VI –** manifestar sobre qualquer assunto em deliberação nas reuniões plenárias e/ou Grupos de Trabalho.

**Art. 10.** São deveres dos membros do COMDES, indistintamente:

**I –** cumprir integralmente este Regimento Interno;

**II –** contribuir ativamente para a plena consecução dos objetivos e diretrizes do COMDES;

**III –** honrar os compromissos financeiros assumidos para fazer frente às despesas aprovadas na forma do artigo 54;

**IV –** zelar pelo nome e reputação do COMDES quando do exercício da representação externa para a qual foi designado, atentando para que suas convicções individuais não conflitem com o consenso formado no COMDES;

**V –** fazer-se presente nas reuniões plenárias, prestigiando os trabalhos do COMDES;

**VI –** acatar as decisões do Presidente e/ou do Grupo Gestor, bem como aquelas provenientes das deliberações tomadas nas reuniões plenárias;

**VII –** manter permanentemente atualizados seus dados cadastrais, incluindo mas não se limitando ao que segue:

**a)** razão social e número de inscrição no CNPJ;

**b)** endereço completo da sede;

**c)** nome completo e meios de contato (e-mail, telefone etc.) do representante legal;

**d)** nome completo e meios de contato (e-mail, telefone etc.) de seus representantes no COMDES.

**Seção II**

**Do Afastamento Temporário**

**Art. 11.** A entidade poderá se afastar temporariamente sem perder a sua condição de participante do COMDES, através de comunicação dirigida ao Presidente.

**Parágrafo 1º.** A ausência injustificada da entidade participante em mais de 6 (seis) reuniões plenárias implicará no seu afastamento automático.

**Parágrafo 2º.** Não sendo retomadas as atividades em período não superior a 12 (doze) meses, o afastamento temporário será convolado em desligamento da entidade.

**Seção III**

**Do Desligamento**

**Art. 12.** Não havendo interesse na permanência no COMDES, a entidade deverá informar seu desligamento através de comunicação dirigida ao Presidente.

**Parágrafo único.** As despesas porventura assumidas pela entidade desligada serão repassadas igualitariamente às demais entidades participantes.

**Seção IV**

**Das Penalidades**

**Art. 13.** A entidade participante que estiver em desconformidade com as disposições deste Regimento Interno será notificada pelo Grupo Gestor.

**Parágrafo único.** A notificação, sempre escrita, será dirigida ao representante legal da entidade infratora e deverá conter a descrição minuciosa da desconformidade identificada e das providências a serem tomadas a fim de sanar a falha.

**Art. 14.** Será suspensa, por decisão fundamentada do Grupo Gestor e por prazo não superior a 90 (noventa) dias, a entidade participante que incorrer nainobservância a este Regimento Interno mesmo após ter sido previamente notificada nos moldes do artigo anterior.

**Parágrafo 1º.** Se a entidade sujeita à pena de suspensão estiver exercendo a gestão do COMDES, o Vice-Presidente assumirá a gestão enquanto perdurar a penalidade.

**Parágrafo 2º.** A decisão de suspensão poderá ser cassada mediante deliberação qualificada dos membros do COMDES em reunião plenária.

**Art. 15.** Serão excluídas as entidades que incorrerem nas seguintes situações:

**I –** prática de atos manifestamente atentatórios à dignidade e aos propósitos do COMDES;

**II –** reiterada inobservância a este Regimento Interno, mesmo após ter sido previamente suspensa nos termos do artigo 14.

**Parágrafo 1º.** Dar-se-á a exclusão mediante proposição fundamentada do Grupo Gestor ou de qualquer entidade participante, sendo, após, submetida à deliberação qualificada dos membros em reunião plenária.

**Parágrafo 2º.** Aplica-se o disposto nos artigos 48 e 49 se a entidade sujeita à pena de exclusão estiver exercendo a gestão do COMDES.

**CAPÍTULO III**

**DAS REUNIÕES PLENÁRIAS**

**Art. 16.** As reuniões plenárias do COMDES constituem a instância máxima de deliberação, congregando os representantes de todas as entidades participantes.

**Art. 17.** Aos membros do COMDES cabe:

**I –** mediante quórum simples:

**a)** eleger a entidade gestora para presidir o COMDES;

**b)** deliberar sobre as despesas e suas formas de custeio;

**c)** deliberar sobre o calendário anual de reuniões plenárias e as recomendações contidas no Relatório Anual de Atividades;

**d)** deliberar sobre a proposta de admissão de novas entidades participantes;

**II –** mediante quórum qualificado:

**a)** cassar decisão do Grupo Gestor que suspendeu uma entidade participante;

**b)** deliberar sobre a proposta de exclusão de entidade incursa nas hipóteses do artigo 15;

**c)** revisar, modificar, aditar ou tornar sem efeito as decisões do Presidente, dos Grupos de Trabalho e/ou das Coordenadorias Regionais;

**d)** alterar este Regimento Interno.

**Art. 18.** Qualquer cidadão terá livre acesso e participação nas reuniões plenárias, sem, contudo, direito a voto. Entretanto, o direito a voz poderá ser concedido, por competência do Presidente dos trabalhos.

**Seção I**

**Da Realização das Reuniões Plenárias e do Plano de Trabalho**

**Art. 19.** As reuniões plenárias ocorrerão ordinariamente 1 (uma) vez por mês, entre os meses de fevereiro a dezembro.

**Parágrafo 1º.** Na primeira reunião ordinária do ano o Presidente apresentará o calendário anual de reuniões plenárias, a fim de que seja discutido e aprovado pelos membros presentes.

**Parágrafo 2º.** As reuniões ordinárias deverão ocorrer, preferencialmente, na última sexta-feira de cada mês, com exceção de dezembro, nos horários de início e término a serem definidos no calendário anual – ficando, porém, sujeitos à alteração pelo Presidente quando necessário, cabendo-lhe comunicar tais alterações com o máximo de antecedência possível.

**Art. 20.** O Presidente poderá convocar reuniões extraordinárias sempre que for necessário, após aprovação do Grupo Gestor.

**Art. 21.** As reuniões plenárias poderão ser realizadas de forma presencial, em local a ser previamente definido, por videoconferência ou sistema misto. Independentemente da forma, as reuniões deverão ser gravadas.

**Art. 22.** As reuniões ocorrerão mediante convocação por e-mail ou através de aplicativos de mensagem instantânea, direcionado às entidades participantes e seus representantes.

**Parágrafo único.** O ato de convocação das reuniões plenárias deverá conter:

**I –** a data e os horários de início e término;

**II –** o endereço do local da reunião ou as credenciais de acesso para o ambiente de videoconferência (*link*, senha etc.)

**III –** a pauta da reunião;

**IV –** eventuais arquivos (documentos, áudios etc.) e materiais de apoio;

**V –** a especificação nominal de eventuais convidados e palestrantes, com breve perfil.

**Art. 23.** Somente poderão ser objeto de discussão e deliberação os assuntos constantes da pauta.

**Art. 24.** A qualquer momento, inclusive durante as reuniões plenárias, poderão ser propostas novas pautas para as reuniões seguintes, que serão examinadas, aprovadas ou não, e programadas pelo Grupo Gestor.

**Art. 25.** Após cada reunião deverá ser providenciado uma ata resumida, relacionando participantes e convidados, apresentações, manifestações proferidas e encaminhamentos. Essa documento deverá ser submetida à aprovação como primeiro item da pauta da reunião plenária seguinte.

**Art. 26.** Até a 3ª (terceira) reunião do ano será apresentado e aprovado o Plano de Trabalho anual do COMDES.

**Art. 27.** Até última reunião ordinária do ano o Presidente deverá apresentar o Relatório Anual de Atividades da sua gestão, que deverá conter:

**I –** um histórico sucinto das ações realizadas pela atual gestão;

**II –** um resumo dos encaminhamentos e/ou resultados obtidos;

**III –** recomendações sobre quais projetos e ações deverão ser mantidos pela próxima gestão do COMDES.

**Parágrafo único.** As recomendações contidas no relatório deverão ser objeto de deliberação em reunião plenária e, se aprovadas, incluídas no plano de trabalho do ano subsequente.

**Seção II**

**Do Quórum de Deliberação**

**Art. 28.** As deliberações nas reuniões plenárias ocorrerão por votação aberta entre as entidades participantes com direito a voto, considerando-se aprovada a proposta quando obtiver voto favorável da maioria simples dos membros votantes e presentes.

**Parágrafo 1º.** Somente será computado 1 (um) voto por entidade participante.

**Parágrafo 2º.** Nos casos de empate, o Presidente exercerá o voto de qualidade.

**Art. 29.** Nas deliberações que exigirem quórum qualificado:

**I –** a reunião será instalada com a presença de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das entidades participantes com direito a voto;

**II –** a matéria será aprovada se obtiver a maioria de 2/3 (dois terços) dos votantes.

**Parágrafo único.** Não serão consideradas para fins de quórum a que se refere o *caput* deste artigo as entidades participantes que não observarem a presença anual mínima prevista no artigo 6º.

**CAPÍTULO IV**

**DA GESTÃO DO COMDES**

**Seção I**

**Do Grupo Gestor**

**Art. 30.** A gestão institucional do COMDES será realizada pelo Grupo Gestor, composta:

**I –** pelo Presidente e pelo Vice-Presidente;

**II –** pelos representantes das entidades fundadoras do COMDES, a saber:

**a)** Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis;

**b)** Associação FloripAmanhã;

**c)** Associação Comercial e Industrial de Florianópolis;

**d)** Sindicato da Indústria da Construção Civil da Grande Florianópolis;

**III –** por 3 (três) representantes de quaisquer outras entidades participantes, escolhidos pelo Presidente.

**IV** – pelos coordenadores das Coordenadorias Regionais eventualmente criadas.

**Art. 31.** São atribuições do Grupo Gestor:

**I –** zelar pelo integral cumprimento deste Regimento Interno;

**II –** pronunciar-se sobre as questões internas e externas que lhe forem apresentadas pelo Presidente, pelo Vice-Presidente ou por qualquer entidade participante, propondo o que for necessário para o correto equacionamento da situação posta;

**III –** pronunciar-se sobre questões em que este Regimento Interno seja omisso;

**IV –** coordenar e supervisionar o processo sucessório do COMDES;

**V –** assumir transitoriamente a gestão do COMDES nas hipóteses de renúncia, vacância ou incompatibilidade do Presidente e/ou da entidade gestora;

**VI –** criar ou extinguir Grupos de Trabalho, definindo suas atribuições nomeando ou substituindo seus respectivos Coordenadores;

**VII –** criar ou extinguir Coordenadorias Regionais, definindo as suas atribuições e nomeando ou substituindo os Coordenadores Regionais;

**VIII –** deliberar pela suspensão de entidade participante, na hipótese do artigo 14;

**IX –** auxiliar o Presidente na elaboração do calendário anual de reuniões plenárias e das ações a serem realizadas durante o ano.

**Art. 32.** O Grupo Gestor definirá livremente sua própria agenda de reuniões, as quais serão conduzidas pelo Presidente ou, em sua ausência, pelo Vice-Presidente.

**Seção II**

**Do Presidente**

**Art. 33.** O Presidente é o cargo máximo de representação do COMDES, a ser preenchido pelo representante titular da entidade gestora, eleita nos moldes do Capítulo V, com mandato de 1 (um) ano.

**Art. 34.** São atribuições privativas do Presidente:

**I –** convocar e presidir as reuniões plenárias e do Grupo Gestor;

**II –** selecionar e nomear seu Vice-Presidente;

**III –** exercer o voto de qualidade para desempatar deliberações em curso;

**IV –** representar externamente o COMDES e articular-se com o Poder Público, a iniciativa privada, a sociedade civil organizada e demais interessados;

**V –** assinar documentos necessários ou decorrentes das deliberações tomadas nas reuniões plenárias;

**VI –** designar o Vice Presidente e/ou membros do COMDES para representa-lo em atos, oficiais ou não, para os quais o COMDES seja convidado;

**VII –** manifestar-se publicamente em nome do COMDES, quando necessário, em relação aos temas discutidos e/ou deliberados nas reuniões ou, ainda, designar outro membro para que assim o faça.

**Seção III**

**Do Vice-Presidente**

**Art. 35.** O Presidente selecionará, dentre os representantes titulares das entidades participantes, aquele que atuará na gestão como seu Vice-Presidente.

**Art. 36.** Compete ao Vice-Presidente:

**I –** auxiliar o Presidente no desempenho de suas funções, substituindo-o em seus impedimentos e ausências;

**II –** exercer as atribuições que lhe forem delegadas pelo Presidente;

**III –** supervisionar a atuação dos Grupos de Trabalho e das Coordenadorias Regionais, reportando ao Presidente toda e qualquer intercorrência;

**IV –** auxiliar na elaboração do Relatório Anual das Atividades.

**Parágrafo único.** A substituição de que trata o inciso I do *caput* deste artigo é inaplicável nas hipóteses de vacância, renúncia ou incompatibilidade do Presidente e/ou da entidade gestora.

**Seção IV**

**Do Apoio Operacional**

**Art. 37.** Durante o mandato a entidade gestora deverá prestar todo o apoio técnico e operacional necessário para que o Presidente exerça validamente as suas atribuições para a gestão do COMDES, cabendo-lhe:

**I –** organizar a pauta de reuniões;

**II –** encaminhar às entidades participantes a convocação das reuniões plenárias e dos Grupos de Trabalho, por e-mail ou através de aplicativo de mensagem instantânea;

**III –** receber e repassar as informações de interesse do COMDES;

**IV –** organizar e manter os arquivos de documentos relativos ao COMDES, repassando-os mediante registro, ao término de sua gestão, à próxima entidade gestora;

**V –** encaminhar a todas as entidades participantes o calendário anual de reuniões do COMDES, conforme referendado na primeira reunião ordinária do ano;

**VI –** redigir os documentos resultantes das deliberações tomadas nas reuniões;

**VII –** centralizar e armazenar os documentos recebidos dos Grupos de Trabalho e/ou das Coordenadorias Regionais;

**VIII –** armazenar e manter permanentemente atualizados os dados cadastrais das entidades participantes e de seus respectivos representantes;

**IX –** manter permanentemente atualizado o controle das despesas e dos rateios realizados pelas entidades participantes.

**X –** coletar e distribuir, entre os integrantes do COMDES, material informativo de interesse;

**XI –** gerar e distribuir clipagem com periodicidade mínima semanal, contendo informações que digam respeito aos assuntos discutidos pelo COMDES;

**XII –** elaborar *release* dos assuntos discutidos nas reuniões do COMDES, bem como divulgá-lo a toda a imprensa;

**XIII –** articular e mobilizar a imprensa em geral, sempre que houver assunto de relevância discutido nas reuniões do COMDES;

**XIV –** manter contatos com as assessorias das entidades participantes do COMDES, a fim de socializar informações de interesse comum, através de elaboração de comunicado (*newsletters*) com periodicidade mínima quinzenal;

**XV –** manter organizados os grupos de comunicação instantânea entre os membros do COMDES, reportando ao Presidente toda e qualquer desconformidade.

**Seção V**

**Dos Grupos de Trabalho**

**Art. 38.** Os Grupos de Trabalho serão constituídos para realização de estudos, trabalhos, ações e eventos do COMDES, sendo seus membros convidados pelo Presidente entre os membros do Grupo Gestor, representantes das entidades que manifestarem interesse em participar, respeitadas a autoridade e/ou conhecimento técnico da matéria.

**Parágrafo 1º.** Os Grupos de Trabalho poderão ser permanentes ou transitórios e poderão participar das reuniões do Grupo Gestor, convocados pelo presidente ou atendendo à solicitação deles, porém sem direito a voto.

**Parágrafo 2º.** Criado o Grupo de Trabalho, o Presidente deverá:

**I –** definir sua finalidade e atribuição e, no caso de Grupo de Trabalho transitório, duração, nunca superior a 1 (um) ano;

**II –** nomear seu Coordenador.

**Parágrafo 3º.** Os Coordenadores dos Grupos de Trabalho não poderão ser agentes políticos.

**Art. 39.** Na ausência do Coordenador nas reuniões do Grupo de Trabalho, este deverá indicar seu substituto entre os demais integrantes.

**Art. 40.** Compete aos Grupos de Trabalho:

**I –** cumprir as atribuições definidas pelo Presidente;

**II –** elaborar o seu plano de trabalho;

**III –** assessorar o Grupo Gestor nas ações relacionadas aos temas afetos ao Grupo de Trabalho;

**IV –** manter-se atualizado quanto aos assuntos de interesse do Grupo de Trabalho;

**V –** participar de eventos externos e promover apresentações de especialistas nas reuniões plenárias do COMDES, para troca e/ou atualização de conhecimento e experiências;

**VI –** elaborar textos para divulgação dos trabalhos do Grupo de Trabalho, quando necessário.

**Seção VI**

**Das Coordenadorias Regionais**

**Art. 41.** O Grupo Gestor poderá criar ou extinguir Coordenadorias Regionais a fim de melhor direcionar as ações do COMDES em regiões específicas da área de atuação descrita no artigo 3º.

**Parágrafo único.** No ato de criação da Coordenadoria Regional, o Grupo Gestor deverá:

**I –** definir as atribuições específicas e o período de atuação;

**II –** nomear o Coordenador Regional, responsável pela gestão e cumprimento dos objetivos.

**CAPÍTULO V**

**DO PROCESSO SUCESSÓRIO**

**Seção I**

**Da Eleição**

**Art. 42.** Na última reunião ordinária do ano deverá ser realizada a eleição da nova entidade gestora do COMDES.

**Art. 43.** As entidades interessadas que observarem o percentual mínimo de frequência descrito no artigo 6º poderão manifestar formalmente o desejo de participar do pleito, mediante comunicação dirigida ao Presidente até 15 (quinze) dias antes da reunião de eleição,

**Art. 44.** A votação ocorrerá na própria reunião, mediante aprovação da maioria dos presentes com direito a voto.

**Art. 45.** No caso de empate entre as 2 (duas) entidades mais votadas, proceder-se-á ao que segue:

**I –** será realizada nova votação entre ambas, sendo eleita a que obtiver a maioria dos votos;

**II –** persistindo o empate, será escolhida a entidade que ainda não tenha presidido o COMDES;

**III –** mantendo-se ainda a situação de empate, será escolhida a entidade com maior assiduidade no ano vigente;

**IV –** permanecendo o empate, será escolhida a entidade com maior tempo de registro no COMDES;

**V –** por fim, será escolhida a entidade mais antiga, com base nos seus atos constitutivos.

**Art. 46.** É permitida a recondução imediata de entidade já eleita para a gestão do COMDES, limitada a 1 (um) mandato adicional.

**Seção II**

**Da Renúncia, Vacância ou Incompatibilidade**

**Art. 47.** Nas hipóteses de renúncia ou vacância do Presidente ou da entidade eleita para a gestão do COMDES no mandato corrente, o Grupo Gestor assumirá o COMDES na totalidade até que nova entidade assuma o encargo.

**Parágrafo único.** A renúncia ou vacância nos moldes do *caput* deste artigo implicará na imediata exoneração do Vice-Presidente.

Subseção I

Da Renúncia ou Vacância de Entidade Gestora

**Art. 48.** Tão logo assumida a gestão do COMDES por ocasião da renúncia ou vacância da entidade gestora, o Grupo Gestor:

**I –** avaliará a possibilidade de continuidade das atividades do COMDES, dos Grupos de Trabalho e/ou das Coordenadorias Regionais, determinando ou não a suspensão total ou parcial dos trabalhos;

**II –** promoverá comunicação a todas as entidades participantes, dando-lhes ciência da renúncia ou vacância da entidade gestora e abrindo prazo não superior a 15 (quinze) dias para que a(s) entidade(s) interessada(s) se manifeste(m) formalmente.

**Parágrafo 1º.** Exaurido o prazo descrito no inciso II do *caput* com a manifestação de uma única entidade interessada, seu representante titular será imediatamente empossado no cargo de Presidente pelo período restante do mandato.

**Parágrafo 2º.** Havendo mais de uma entidade interessada, o Grupo Gestor convocará reunião extraordinária, preferencialmente no mesmo mês em que se der a renúncia ou vacância de cargo, tendo-se como pauta única a eleição, pela maioria simples dos membros presentes, de entidade interessada a assumir a gestão pelo período restante do mandato.

**Parágrafo 3º.** Não havendo entidade(s) interessada(s), o Grupo Gestor buscará, mediante livre articulação junto aos representantes legais das entidades participantes, aquela que queira assumir a gestão do COMDES.

**Parágrafo 4º.** Em havendo, na hipótese do parágrafo anterior, aceitação do encargo pela entidade participante, seu representante titular será imediatamente empossado Presidente pelo período restante do mandato.

**Art. 49.** Aplica-se o disposto nesta Seção na hipótese de ausência de entidade interessada a concorrer à gestão do COMDES nos moldes da Seção I deste Capítulo.

Subseção II

Da Renúncia ou Vacância do Presidente

**Art. 50.** Tão logo assumida a gestão do COMDES por ocasião da renúncia ou vacância do Presidente, o Grupo Gestor contatará formalmente o representante legal da entidade gestora para que, em prazo hábil, indique novo representante titular a assumir a gestão do COMDES.

**Parágrafo único.** Indicado o nome e aceito o encargo, seu representante titular será imediatamente empossado Presidente pelo período restante do mandato.

**Art. 51.** Exaurido o prazo sem que a entidade gestora promova a indicação, o Grupo Gestor procederá ao disposto na Subseção anterior de modo a que nova entidade participante assuma a gestão do COMDES.

Subseção III

Da Incompatibilidade

**Art. 52.** O Presidente que, no curso do mandato, assumir cargo político, eletivo ou não, incorrerá em imediata incompatibilidade, ficando desde logo impedido de exercer a gestão do COMDES.

**Art. 53.** Consumada a incompatibilidade, o Grupo Gestor deverá proceder ao disposto na Subseção anterior para que a entidade gestora indique novo representante titular a gerir o COMDES pelo período restante do mandato.

**CAPÍTULO VI**

**DAS DESPESAS**

**Art. 54.** Todas as despesas a serem suportadas para a consecução das atividades do COMDES deverão ser previamente deliberadas e aprovadas em reunião plenária, cabendo aos membros definir, consignando-se em ata:

**I –** a natureza e finalidade da ação de que origina a obrigação financeira a ser contraída;

**II –** a forma da contrapartida, se houver (pagamento de mensalidade, periodicidade, ações de patrocínio ou prestação de serviço etc.);

**III –** a(s) entidade(s) que ficará(ão) responsável(is) pelos atos de contratação, pagamento, cobrança, fiscalização, repasse e prestação de contas das obrigações assumidas.

**Parágrafo único.** A aprovação da ata em reunião plenária importará na vinculação da(s) entidade(s) envolvida(s) ao cumprimento da obrigação na forma convencionada.

**Art. 55.** As entidades participantes são exclusivamente responsáveis pelas despesas de seus representantes com alimentação e deslocamento nas reuniões plenárias, quando realizadas fora da sede da entidade.

**CAPÍTULO VII**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 56.** A divulgação pública de manifestações em nome do COMDES far-se-á exclusivamente pelo Presidente ou por quem ele prévia e expressamente designar, atendendo as deliberações do Grupo Gestor ou da Plenária.

**Parágrafo 1º.** A adesão do COMDES a manifestação propugnada por qualquer pessoa ou entidade, participante ou não, deverá se dar nos seguintes moldes:

**I –** o conteúdo da manifestação deverá ser previamente enviado ao Grupo Gestor por e-mail ou através de aplicativo de mensagens instantâneas, com indicação do prazo para resposta;

**II –** se aprovado o pedido de apoio, o Grupo Gestor comunicará o interessado e fornecerá os dados necessários para a divulgação de seu nome;

**III –** se considerar que o conteúdo prescinde de deliberação de todas as entidades participantes, o Presidente, ouvido o Grupo Gestor, liberará a divulgação da manifestação ad referendum das entidades, que serão informadas da decisão.

IV – as entidades que discordarem da decisão ficarão liberadas a se manifestar publicamente contra.

**Parágrafo 2º.** A rejeição ao conteúdo da manifestação pelo COMDES não influirá no direito das entidades participantes de aderir à manifestação individualmente, sob sua exclusiva responsabilidade e sem qualquer menção ao COMDES.

**Art. 57.** É de responsabilidade das entidades participantes certificarem-se de que as comunicações do COMDES via e-mail não sejam consideradas lixo eletrônico (*“spam”*).

**Art. 58.** O COMDES poderá manter *website* e/ou perfis em redes sociais, que servirão como canal de comunicação perante o público externo e entre as entidades.

**Parágrafo 1º.** Compete à entidade gestora o custeio do domínio do *website* (se existente), e às demais entidades, mediante rateio, as despesas de manutenção.

**Parágrafo 2º.** A entidade gestora do COMDES é responsável pela transferência do domínio do *website*, ao final de sua gestão, à entidade eleita para o próximo mandato.

**Art. 59.** A gestão do COMDES observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, por meio da adoção de práticas de gestão necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais em decorrência da participação de processo decisório.

**Art. 60.** Os casos omissos serão apreciados e decididos pelo Grupo Gestor, aplicando-se, no que couber, os preceitos e normas da legislação vigente.

**Art. 61.** Na contagem de prazo em dias, computar-se-ão somente os dias úteis, salvo quando expressamente previsto em sentido contrário.

**Art. 62.** Este Regimento Interno foi aprovado em reunião plenária do COMDES realizada no dia xxx de xxx de 2021 e passa a vigorar imediatamente, revogando-se o Estatuto aprovado em 4 de outubro de 2013.

Engenheiro **ANTONIO MARIUS ZUCCARELLI BAGNATI**

Associação FloripAmanhã

Presidente do COMDES (gestão 2021)

Administrador **HÉLIO DA SILVA LEITE JÚNIOR**

Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis

Grupo Gestor (gestão 2021)

Engenheiro **JOAQUIM INÁCIO CAMPOS NÓBREGA JUNIOR**

Associação FloripAmanhã

Grupo de Trabalho Institucional (gestão 2021)

Advogado **ANDERSON RAMOS AUGUSTO**

Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis

Grupo de Trabalho Institucional (gestão 2021)

**10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPUA - CAU/SC**

**VIRTUAL**

**Folha de Votação**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Função** | **Conselheiro (a)** | **Votação** |
| **Sim** | **Não** | **Abst** | **Ausên** |
| Coordenadora | Janete Sueli Krueger | X |  |  |  |
| Membro Suplente | Daniel Otávio Maffezzolli |  |  |  | X |
| Membro Suplente | Newton Marçal Santos | X |  |  |  |

|  |
| --- |
| **Histórico da votação** |
| **Reunião CPUA-CAU/SC:** 10ª Reunião Ordinária de 2021 |
| **Data:** 22/10/2021**Matéria em votação:** Análise do novo Regimento Interno do COMDES |
| **Resultado da votação: Sim** (02) **Não** (0) **Abstenções** (0) **Ausências** (01) **Total** (03) |
| **Ocorrências:** - |
| **Secretária da Reunião:** Luiza MecabôAssistente Administrativa | **Condutor da Reunião:** Janete Sueli Krueger. |